

O Uso de Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) por Jornalistas Investigativos: Um Estudo de Casos Múltiplos ¹

The Use of Computer-Assisted Reporting (CAR) by Investigative Journalists: A Study of Multiple Cases

Fabricia Bogoni ²
Luciana Kraemer ³

Resumo: O artigo é resultado de um estudo sobre metodologias de investigação envolvendo a Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) aplicadas em duas matérias de veículos de mídia da região sul do Brasil. Para entender como as ferramentas de RAC foram utilizadas e como constituíram o método de investigação das equipes, foram entrevistados os jornalistas que protagonizaram as reportagens e descreveu-se o processo de investigação de ambas as matérias – do surgimento da pauta à divulgação das mesmas. A partir da metodologia de estudo de casos múltiplos, foi possível identificar nos dois casos que as ferramentas de RAC potencializaram o trabalho investigativo dos jornalistas na produção de dados e nas provas, conferindo consistência às denúncias. Além disso, a RAC permitiu a análise, a organização e o cruzamento de dados complexos assim como a verificação de informações.

Palavras-Chave: Reportagem com Auxílio de Computador. Método de Investigação. Jornalismo de Precisão.

Abstract: This article is the result of a study of investigation methodologies involving CAR-Computer-Assisted Reporting applied in two media reports of

¹ Trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 2 e 4 de julho de 2015.

² Estudante de graduação do 8º semestre no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: briciabg@hotmail.com

³ Mestre em Ciências Sociais e professora no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UNISINOS. E-mail: luciana.kraemer@gmail.com

southern Brazil. To understand how the CAR tools were used and how they became the investigation method of the teams, the journalists who staged the reports were interviewed and their investigation process were described - from the agenda starting till their disclosure. From the multiple case study methodology, it was identified in both cases that the CAR tools have potentiated the investigative job of journalists in the production of data and evidence, giving consistency to complaints. Moreover, the CAR allowed the analysis, the organization and the complex data crossing as well as the information verification.

Keywords: Computer-Assisted Reporting. Investigation Method. Journalism Accuracy.

.....

1 Introdução

O Jornalismo Investigativo, com frequência, aponta falhas e irregularidades de instituições públicas e, assim, descobre fatos que indivíduos prefeririam manter escondidos. Certamente, é o tipo de jornalismo que não se acomoda com as informações dadas pelas fontes oficiais. Os profissionais que conseguem ir além, desvendar ilegalidades e provocar mudanças, costumam ser interpelados com uma pergunta simples que resume toda a questão deste estudo: como fizeram para descobrir e provar isto? É justamente a análise dessa metodologia de trabalho, tão negligenciada ainda pelos estudos em jornalismo, incluindo o investigativo (KRAEMER; NASCIMENTO, 2014), que se pretende explorar. O objeto de estudo são duas reportagens investigativas de TV, premiadas nacional e internacionalmente. *Jacuí: Crime e Agonia* mostra como ocorre a extração ilegal de areia no Rio Jacuí, o maior rio do Rio Grande do Sul com cerca de 800 km de extensão. *Diários Secretos* revela como a Assembleia Legislativa do Paraná desviava dinheiro público para a contratação de funcionários-fantasma, e como os diários oficiais ocultavam esse desvio. Dentre os objetivos do trabalho estão entender como e por quê a RAC foi utilizada, identificando o uso de ferramentas nas fases de apuração e processamento das informações, e descobrir se essas ferramentas são combinadas com outros métodos de apuração. O referencial teórico foi construído tomando como base alguns conceitos que estão presentes na Teoria do Jornalismo, como o de objetividade, e os que compõe o método de investigação de fatos, incluindo aí o de Jornalismo de Precisão e Jornalismo Investigativo.

2 Objetividade Jornalística e Método de Investigação

Ao desempenhar sua profissão, o jornalista é essencialmente um mediador, pois transmite à sociedade informações sobre os acontecimentos de interesse público, de forma clara e precisa, nos meios de comunicação, a partir da apuração dos fatos. Tal função está relacionada ao conceito de objetividade jornalística. Sponholz (2009) compreende a objetividade como uma correlação entre realidade social e realidade midiática, em que a observação possui papel fundamental. Isso porque ao observar, apurar, o jornalista assume o compromisso de expor um relato verdadeiro, isto é, de não falsear a realidade. Com frequência, a postura do sujeito ao se aproximar dos fatos provoca a discussão sobre a objetividade como oposição à subjetividade.

Conforme Benedeti (2009, p. 41), a ideia de objetividade surge com o entendimento de que “[...] o processo de apreensão dos fatos e dados da experiência que baseiam o conhecimento deve se dar sem a interferência da subjetividade humana”. Esse conceito surgiu nos Estados Unidos após o término da Primeira Guerra Mundial; época em que os jornalistas perceberam como as notícias eram manipuladas pela propaganda bélica e pelo trabalho de Relações Públicas. De acordo com Sponholz (2009, p. 60), essa noção de objetividade jornalística, conhecida como *detachment*, em inglês, ou *distanciamento*, em português, “[...] exige do jornalista uma observação controlada da realidade”. O que seria alcançado com uma postura de investigação rigorosa como a do cientista.

[...] entende-se que um conhecimento produzido a partir de condutas metodológicas rigorosas, livres dos valores do sujeito pesquisador, seria capaz de apreender a realidade dada de forma isenta (objetiva) e, em consequência, revelar a verdade pela exposição descritiva de seus resultados. (BENEDETI, 2009, p. 42).

No entanto, segundo Benedeti (2009), para além do rigor metodológico na apuração dos fatos, o conceito de objetividade resultou em uma ideologia. “[...] a convicção [...] de que o jornalismo possui um método que produz conhecimento especular e, portanto, reflete em seus relatos apenas o objeto conhecido (os fatos).” (BENEDETI, 2009, p. 43). Porém, conforme Karam, a subjetividade é um elemento participante do processo jornalístico.

[...] a objetividade do relato é o resultado que revela um conjunto de ações, comportamentos e opiniões de sujeitos que, subjetivamente, tornam-se objetivos em determinadas situações, sínteses da complexidade, produtoras de eventos, acontecimentos e assim por diante. Desse modo, a objetividade é resultado da subjetividade humana. Mas também a subjetividade se forma pela objetivação do mundo e dos fatos provocados por pessoas. O processo entre objetividade e subjetividade é mesmo dialético. (KARAM, 2004, p. 39-40).

Sponholz (2009, p. 28), com base na reflexão do teórico alemão Günter Bentele, ressalta que “[...] a separação absoluta entre subjetividade e objetividade é não somente impossível, como também indesejável. Subjetividade e objetividade não são antônimos. Pelo contrário, subjetividade é uma condição para alcançar objetividade”. Para Genro Filho (1987, p. 66), “[...] qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real; assim como a projeção subjetiva não pode ser separada da atividade prática, a revelação de significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade”.

Para superar esse impasse, o jornalista, então, precisa reconhecer que no seu processo jornalístico há um modo de observar e de aplicar método que lhe é próprio. Ao invés de negar, é mais útil revelar a subjetividade: os pontos de vista, as hipóteses, os métodos de investigação. Isso fica evidente no modelo de objetividade jornalística criado por Sponholz⁴, constituído de quatro elementos - método científico, intersubjetividade, liberdade de juízos de valor e investigação de iniciativa própria.

Validade do método de investigação: o jornalista precisa definir primeiro o que quer descobrir para, então, buscar o método de investigação mais adequado. Conforme Sponholz (2009, p. 158), “[...] para que um método seja válido, é preciso que a escolha das fontes e as perguntas a estas estejam diretamente relacionadas com a pergunta central a ser respondida durante a reportagem”.

Intersubjetividade: o jornalista precisa ser transparente em relação ao método de investigação utilizado, às fontes consultadas, às hipóteses levantadas, à origem dos dados estatísticos citados. Dessa forma, outros pesquisadores podem obter os mesmos resultados. Segundo Sponholz (2009, p. 165), assim, pode-se “[...] averiguar se há uma correspondência com a realidade”.

Liberdade de juízos de valor: o jornalista precisa levantar informações que possam confirmar e contrariar as suas hipóteses. O critério diz respeito ao julgamento do jornalista sobre determinado fato que esteja apurando. O que retoma a desconfiança que resultou na noção de *detachment* no pós-guerra. Para evitar que o profissional investigue em apenas uma direção a

⁴ Sponholz constrói o modelo de objetividade jornalística a partir das reflexões dos teóricos Christoph Neuberger, Günter Bentele e Karl Popper.

fim de comprovar a sua própria opinião, Sponholz (2009, p. 173) diz que “[...] não se deve cobrar ausência de valores do sujeito conhecedor, mas sim concentrar-se no método e exigir que dentro deste a realidade tenha uma chance contra o próprio ponto de vista”. Para a pesquisadora, isso ocorre quando a hipótese formulada é empírica, que permite ser verificada e até mesmo derrubada.

Investigação: o jornalista precisa tomar a iniciativa de realizar ele mesmo a investigação. “A pesquisa ocorre por iniciativa própria quando os jornalistas não se dão por satisfeitos com a base de informações já dadas e pode ser definida como a investigação que inclui informações e fontes ainda não consideradas.” (SPONHOLZ, 2009, p. 160).

No conceito de objetividade, o rigor de investigação e o método científico são convocados para orientar a apuração das informações. Com os jornalistas Robert Park⁵ e Philip Meyer, por sua vez, nota-se a intenção de aprofundar a abordagem dos fatos, de maneira mais completa e precisa, por meio da ciência. A contribuição de ambos está na tentativa de aplicar os princípios científicos de objetividade e método no fazer jornalístico.

2.1 Robert Park: a notícia como forma de conhecimento

No artigo *News as form of knowledge*, de 1940, para o *American Journal of Sociology*, Park propõe entender a natureza e a função da notícia enquanto tipo de conhecimento. Para isso, ele reinterpreta dois conceitos do professor William James, os quais são conhecimento familiaridade e conhecimento das coisas. Park usa as expressões *acquaintance with* e *knowledge about*, respectivamente. "Nesse caso, ao interpretar a distinção, estou apenas criando a minha." (PARK, 2008, p. 51-52).

Sendo assim, conforme Park, o conhecimento de tipo *acquaintance with* (familiar) é adquirido por meio das experiências individuais do homem com os objetos e com o mundo ao longo da vida. A origem está no uso e no costume. Trata-se de um acúmulo e uma fusão de experiências. Park diz que, por ser conhecimento adquirido de maneira informal e inconsciente,

⁵ O jornalista e sociólogo Robert Park foi um pesquisador influente dos Estados Unidos no início do século XX. Trouxe prestígio entre os anos 1920 e 1930 para a chamada Escola de Chicago, da qual era integrante. É considerado um dos pioneiros na pesquisa em jornalismo no mundo.

acquaintance with é uma propriedade pessoal. Por esse motivo, ele não seria comunicável e, se o fosse, seria por meio de máximas práticas ou ditados sábios.

Segundo Park, o conhecimento de tipo *knowledge about* (conhecimento das coisas), por sua vez, é formal, racional e sistemático. “[...] É baseado na observação e no fato, no fato que foi verificado, rotulado, regimentado e finalmente classificado dentro desta ou daquela perspectiva, de acordo com o objetivo e o ponto de vista do investigador.” (PARK, 2008, p. 55). Ele esclarece que *knowledge about* “[...] significa conhecimento que alcançou algum grau de exatidão e precisão pela substituição de ideias pela realidade concreta, e de palavras por coisas”. (PARK, 2008, p. 55). Dessa forma, o sociólogo se aproxima da ciência e aponta três tipos fundamentais de conhecimento científico: o filosófico e lógico que diz respeito às ideias, a história que está relacionada aos eventos, e a ciência natural que se ocupa da natureza das coisas.

Ao contrário do conhecimento de tipo *acquaintance with*, o conhecimento de tipo *knowledge about* seria comunicável, pois, conforme Park (2008, p. 57), “[...] seus problemas e suas soluções não são meramente declarados em termos lógicos e inteligíveis, mas em formas que podem ser checadas através do experimento ou referência à realidade empírica à qual esses termos se referem”. Para isso, seria necessário “[...] descrever em detalhe e em cada caso a fonte e o modo pelo qual os fatos e achados foram originalmente obtidos”. (PARK, 2008, p. 57). Dessa forma, ter-se-ia uma contribuição aos próximos investigadores.

Knowledge about difere ainda de *acquaintance with* na maneira como ele é obtido. Isso porque não se trata de uma experiência acumulada, mas, nos termos de Park, de uma “investigação sistemática da natureza”. “É conhecimento buscado metodicamente com todo aparato formal e lógico que a pesquisa científica tem criado”. (PARK, 2008, p. 57). No entanto, Park não separa os dois tipos de conhecimento totalmente. Ele sugere uma relação entre eles, pois para aplicar determinado método de investigação na busca pelo conhecimento sobre a realidade é preciso ter *insight*. E esse *insight* é proporcionado por *acquaintance with*.

Acrescentaria que não existe, por assim dizer, nenhum método que seja completamente independente da intuição e insight, os quais nos são dados pela familiaridade com as coisas e eventos. No entanto é verdade que, sob circunstâncias normais, o máximo que métodos formais podem fazer para a pesquisa é auxiliar o investigador a obter fatos que viabilizarão a verificação de tais insights e palpites que

o investigador já tinha no início ou ganhará mais tarde na descrição dos resultados de suas pesquisas. (PARK, 2008, p. 57).

Em seu artigo, Park não deixa claro se as notícias estão mais próximas de *acquaintance with* ou de *knowlegde about*, mas aponta que a notícia não é história, pois aborda fatos isolados. “[...] um repórter, diferente do historiador, busca somente registrar cada evento quando ele acontece e está interessado no passado e no futuro apenas na medida em que esses projetam luz sobre o que é real e presente.” (PARK, 2008, p. 58). Na visão de Park, a notícia possui como função orientar o público, informar sobre o que está acontecendo na atualidade para garantir a permanência do indivíduo na sociedade. “A notícia é limitada a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas, quase sempre.” (PARK, 2008, p. 64).

2.2 Philip Meyer: Jornalismo de Precisão

Em 1973, Philip Meyer lançou o livro *Precision Journalism*, no qual propõe a utilização de métodos das ciências sociais na prática jornalística, como entrevistas de dados categorizados, análise de registros públicos e experiências em campo. Conforme Meyer (2002, p. 5, tradução nossa), “O novo jornalismo de precisão é jornalismo científico. [...] O que significa tratar o jornalismo como se ele fosse uma ciência, adotando método científico, objetividade científica, e ideais científicos para todo o processo de comunicação de massa”. De acordo com as bases do Jornalismo de Precisão, as novas exigências profissionais são: a) como encontrar informações; b) como avaliá-las e analisá-las; c) como comunicá-las de maneira eficaz ao público interessado em recebê-las; e d) como determinar precisão às histórias contadas pelo jornalismo.

Os dados, que se constituem na matéria-prima das produções jornalísticas, além dos relatos das entrevistas, devem ser abordados de forma atenciosa. Para Meyer (2002), saber como utilizá-los é essencial na prática do Jornalismo de Precisão. Por isso, de acordo com o autor, é possível observar duas etapas distintas, porém importantes para a produção de reportagens. A primeira envolve a coleta e análise dos dados. A segunda, a comunicação desses dados.

Sendo assim, não basta apenas o jornalista obter inúmeros dados e tomar conhecimento de uma série complexa de informações se ele não souber transmitir o que apurou para o público. A tarefa envolve compreensão inicial e posterior organização lógica para a apresentação das

informações. “Dados crus nunca serão suficientes. Para serem úteis, para serem entendidos, os dados tem que ser processados, separados, colocados em um tipo de estrutura. Você tem que colocar o material em um quadro mental que ajude na interpretação, na compreensão.” (MEYER, 2002, p. 7-8, tradução nossa).

A sugestão de Meyer, portanto, é a utilização de esquemas teóricos para traçar uma linha de raciocínio, que conduzirá o profissional a expor o conhecimento. Isso porque uma das premissas do Jornalismo de Precisão é a verdade verificável. Dessa forma, outras pessoas podem, além de compreender as informações, realizar também o mesmo caminho percorrido pelo jornalista. O método utilizado, por sua vez, deve se ajustar a comprovação da hipótese levantada no início do trabalho. Novamente, Meyer insistirá na justificativa teórica. “Repórteres, como cientistas, estão no negócio de prova de realidade, examinar a existência de teorias, pensar nas consequências diretas, desenvolver hipóteses relatadas que podem ser operacionalizadas, e colocá-las à prova.” (MEYER, 2002, p. 14, tradução nossa). Então, em síntese, trata-se de desenvolver uma hipótese, testá-la por meio de método científico e apresentar o resultado por meio de um esquema teórico que evidencie o raciocínio e o percurso realizado pelo repórter.

2.2.1 Reportagem com Auxílio de Computador (RAC)

A Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) é uma vertente do Jornalismo de Precisão de Philip Meyer ainda pouco definida conceitualmente e desconhecida por alguns profissionais do meio jornalístico. De acordo com Lage (2001), a RAC utiliza técnicas instrumentais como a navegação e a busca na internet, a utilização de planilhas de cálculo e também de bancos de dados. “Trata-se de colher e processar informação primária ou, pelo menos, intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público.” (LAGE, 2001, p. 156).

O especialista em RAC, autor de um dos livros mais conhecidos sobre o assunto, Brant Houston vai além da definição de Lage ao esmiuçar as técnicas em RAC básico e em RAC avançado. O RAC básico pode ser entendido como o uso de bases de dados públicas disponíveis na internet e a utilização de planilhas eletrônicas, além da capacidade de dominar gerenciadores de bases de dados. O RAC avançado, por sua vez, compreende tarefas mais

complexas como o cruzamento de dados estatísticos e a visualização de informações. Para isso, o jornalista precisa saber utilizar três tipos de softwares, ao menos: o de criação de mapas a partir de informações, o de análise de grandes quantidades de dados e o de redes sociais físicas. As ferramentas de georreferenciamento também são úteis aos jornalistas. (KRAEMER; NASCIMENTO, 2013).

Conforme Lage e Houston, o uso de ferramentas de RAC pode ser útil ao repórter que precisa realizar investigações mais profundas sobre determinado tema. Lage destaca a aplicação de métodos de pesquisa na apuração de matérias mais densas.

[...] onde a RAC parece mais promissora é na produção de matérias mais analíticas e profundas, isto é, mais críticas e consistentes. Ela permite combinar o uso da internet com métodos de pesquisa até há pouco apenas conhecidos e disponíveis por pesquisadores acadêmicos e planejadores, no setor público e empresas privadas. (LAGE, 2001, p. 161-162).

Para Houston, RAC é mais utilizada na investigação jornalística a fim de lidar com contextos sociais mais amplos em uma reportagem. Ele também cita a possibilidade de acesso aos dados públicos, disponibilizados na internet, por meio do computador.

2.2.2 Jornalismo de Precisão e Jornalismo Investigativo

No livro *Periodismo de Precisión: la vía socioinformática de descubrir noticias*, o autor, José Luis Dader, dedica um capítulo da obra para mostrar que o Jornalismo de Precisão pode contribuir de forma efetiva com o Jornalismo Investigativo. Ele diz que, com frequência, as pessoas pensam que Jornalismo de Precisão é o mesmo que Jornalismo Investigativo, quando, na verdade, são duas áreas distintas com especificidades próprias.

[...] trata-se de duas áreas independentes de atividade jornalística que em muitas ocasiões compartilham seus métodos e objetivos para obter resultados de interesse comum; sem que desapareçam na transição muitas outras contribuições de “investigação à maneira tradicional”, por um lado, e de informações de precisão “sem enfoque investigador”, por outro. (DADER, 1997, p. 26, tradução nossa).

Enquanto que no Jornalismo Investigativo a busca de informações ocorre com o intuito de revelar algum tipo de transgressão, falha ou ilegalidade por meio da apresentação de fatos inéditos; no Jornalismo de Precisão, também há busca por elementos novos e ainda ocultos, mas, nesse caso, o que o jornalista procura são dados. Ou seja, de certa forma, ainda há investigação.

[...] já pode se explicar qual é o marco de coincidência entre a mencionada modalidade e a de “precisão”, já que este igualmente responde muito frequentemente ao objetivo de perguntar por iniciativa do profissional em um conjunto de dados mais ou menos difíceis de obter – e mais complexos ainda de verificar ou interpretar -, com o que põe em evidência uma realidade oculta em que os principais afetados seguramente não desejariam que fosse revelada. Quando ocorrem tais circunstâncias, o jornalismo de precisão se converte em um jornalismo de investigação mediante novos métodos, habitualmente não conhecidos ou não utilizados pelos profissionais de investigação tradicional. (DADER, 1997, p. 27, tradução nossa).

3 Metodologia e Análise

Esta pesquisa é guiada pelas orientações do especialista Robert K. Yin (2010) para a realização de um Estudo de Casos Múltiplos. Além da adoção de protocolo, em modelo sugerido por Yin (2010, p. 107), elaborou-se proposições teóricas gerais e específicas que se pretende confirmar ao longo do trabalho.

Proposições teóricas gerais: Verificar se o jornalista investigativo: levanta uma hipótese inicial, com base em uma suspeita, ao receber determinada denúncia; busca informações preliminares para comprovar a veracidade dessa hipótese; elabora uma hipótese central; utiliza os métodos mais adequados de Jornalismo Investigativo e de Jornalismo de Precisão (RAC) para investigar a ilegalidade; verifica e confronta as informações obtidas por meio de outras fontes; organiza as informações em um quadro mental (ou linha de raciocínio); apresenta o método e a hipótese levantada na reportagem.

Proposições teóricas específicas: Verificar se as ferramentas de RAC utilizadas pelo jornalista: reforçam a denúncia; trazem informações complementares às obtidas por meio de métodos do Jornalismo Investigativo; auxiliam a conferir precisão na apresentação das informações.

Como fontes de evidência, além das reportagens, realizou-se entrevistas com os jornalistas Fábio Almeida (RBS TV) e James Alberti (RPC TV) e analisou-se os materiais de investigação.

3.1 Caso I: Fábio Almeida

A reportagem *Jacuí: Crime e Agonia*⁶, do repórter da RBS TV Fábio Almeida, foi veiculada no programa Teledomingo em janeiro de 2013. A matéria aborda questões relacionadas à extração ilegal de areia no Rio Jacuí, à falta de fiscalização sobre as atividades de mineração e à degradação ambiental que teria provocado o sumiço de mais de cem praias da região. A investigação foi realizada ao longo de seis meses e contou com a parceria da repórter da Rádio Gaúcha Renata Colombo. Assim, o trabalho foi veiculado em duas mídias, TV e rádio.

A pauta surgiu quando o jornalista Fábio Almeida recebeu um convite pelo Twitter para uma reunião da Associação de Pesquisas Técnicas Ambientais (APTA), na qual seriam apresentadas informações sobre a situação do Rio Jacuí. Outros profissionais do meio jornalístico foram convidados, como a repórter Renata Colombo. O interesse pelo tema fez com que os dois colegas firmassem uma parceria a fim de fortalecer o trabalho de ambos. A pergunta “O que está acontecendo com o Rio Jacuí?” guiou uma pesquisa preliminar, que visava confirmar, por meio de conversa com mineradores e moradores da região, a hipótese de que há extração ilegal de areia no Rio Jacuí que causa degradação ambiental. O que se confirmou quando o jornalista percebeu que havia um dano aparente. A partir daí, adotou-se as quatro ferramentas a seguir.

Pesquisa na internet: Pesquisas exploratória e avançada nos sites do Departamento Nacional de Produção Mineral⁷ (DNPM) e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental⁸ (FEPAM). Na pesquisa exploratória, o jornalista estudou o processo de mineração no Brasil, a legislação que regulamenta a prática e o processo de licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul. A partir dessa pesquisa, ele verificou, em incursões pelo rio com a equipe de reportagem, se as especificações estavam sendo cumpridas. Foi o que permitiu reconhecer quando uma prática era ilegal. Com os flagrantes, a pesquisa se tornou específica, pois o interesse do repórter era localizar as áreas permitidas pelo DNPM para extrair areia, identificar as empresas com

⁶ Disponível para visualização no site de compartilhamento de vídeos YouTube no canal Patrulha Ambiental 2011. O endereço eletrônico para acesso direto é: <http://www.youtube.com/watch?v=s3zUnHrLZ0U>.

⁷ Responsável por administrar a exploração dos recursos minerais no Brasil de forma racional e sustentável.

⁸ Responsável por realizar o licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul.

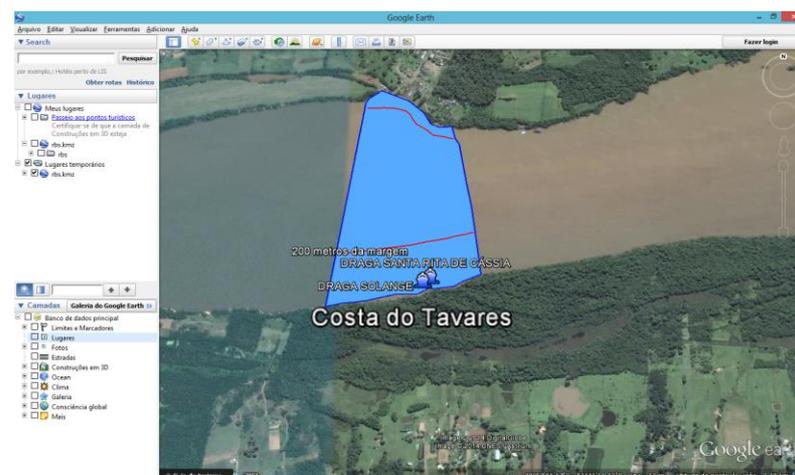
permissão para minerar nessas áreas e consultar as licenças de operação concedidas pela FEPAM. Assim, as informações eram contrastadas com as observações realizadas no rio.

Câmera fotográfica com sistema de georreferenciamento integrado: O equipamento foi utilizado para flagrar as dragas extraindo areia do Rio Jacuí em áreas não permitidas e os pontos de degradação encontrados durante as incursões. As fotos registravam as informações de data, hora e coordenadas geográficas do objeto fotografado. O que de certa forma tornou os flagrantes em provas incontestáveis e ainda possibilitou realizar o mapeamento dos pontos em que foram registradas as irregularidades.

Ecobatímetro: O equipamento foi utilizado para medir a profundidade do rio em locais próximos às margens a fim de comprovar a existência de buracos que surgiram com a extração.

Mapa de georreferenciamento: Com o auxílio do programa Google Earth, o repórter Fábio Almeida criou um mapa, em formato .kmz, para reunir todo o material apurado (fotos, descrições de flagrantes, documentos da FEPAM e informações do DNPM). As coordenadas geográficas, registradas nas fotos pela câmera, facilitaram o mapeamento das irregularidades; sendo possível visualizar a dimensão do problema. Para além do mapeamento, o jornalista também obteve um banco de dados, alimentado frequentemente ao longo da investigação com novas informações.

Figura 1 - Detalhe do Mapa de Georreferenciamento do Rio Jacuí



Fonte: Elaborado pelo autor.

No mapa criado no Google Earth, ao clicar sobre a área em azul, abre-se uma caixa com os links para as informações do DNPM e para a licença de operação da FEPAM correspondentes à empresa Smarja Mineradora. Ao clicar sobre os ícones, que representam as dragas, abre-se uma caixa com as fotos dos flagrantes (obtidas com a câmera fotográfica com GPS integrado), as descrições do que foi visto naquele momento na incursão e a irregularidade cometida em contraposição ao que a regulamentação estabelece.

Figura 2 - Detalhe da Caixa com Links da Área Azul



Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro link abre as informações disponíveis da empresa no DNPM. O segundo link abria a Licença de Operação da mesma empresa junto a FEPAM. Assim como no primeiro link, a informação aparecia no próprio programa. Porém, ele atualmente não carrega mais no mapa, pois o documento era de 2012.

Figura 3 - Detalhe da Caixa com Flagrante e Descrições dos Ícones (Dragas)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na reportagem, o caminho de investigação percorrido pelo jornalista da RBS TV Fábio Almeida, foi explicado. A matéria foi estruturada como um mapa de navegação, que localiza o Rio Jacuí e expõe flagrantes, em foto e vídeo, realizados durante as incursões. A questão “O que está acontecendo com o Rio Jacuí?”, que motivou o repórter a iniciar a investigação, é compartilhada nos primeiros minutos de reportagem. A câmera fotográfica com sistema de georreferenciamento integrado e o ecobatímetro são apresentados, assim como as fotos e a profundidade do rio em determinado local.

Figuras 4 e 5 – Fotos de draga extraíndo areia e de degradação exibidas na reportagem



Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapeamento é mostrado graficamente na matéria apenas para ilustrar os pontos nos quais as irregularidades foram flagradas. O mapa, propriamente dito, criado no Google Earth e utilizado como banco de dados, não é citado. As pesquisas realizadas nos sites do DNPM e da FEPAM também não são mencionadas. Por outro lado, as Licenças de Operação da FEPAM são destacadas no vídeo e servem de justificativa para a afirmação do repórter de que as dragas flagradas em trabalho estavam em locais inadequados, próximas às margens ou em áreas de preservação.

3.2 Caso II: James Alberti

A série de reportagens *Diários Secretos*⁹, do produtor da RPC TV James Alberti, revela como a Assembleia Legislativa do estado do Paraná contratava funcionários-fantasma para

⁹ Disponível no site de compartilhamento de vídeos YouTube no canal Diários Secretos. O endereço eletrônico para acesso direto é: <http://www.youtube.com/channel/UC9qsc66Nx1TfMrsUmRXqGHA>.

desviar dinheiro público e como os diários oficiais da Casa eram manipulados a fim de esconder essa prática ilegal de desvio. As matérias foram veiculadas na TV entre os dias 15 de março de 2010 e 20 de março de 2010. A investigação foi realizada em equipe - integrada também pelo produtor da RPC TV Gabriel Tabatcheik e pelos repórteres do jornal Gazeta do Povo Katia Brembatti e Karlos Kolbach - e levou cerca de dois anos para ser concluída. A divulgação ocorreu da seguinte forma: a TV dava a denúncia primeiro para, no dia seguinte, o jornal aprofundá-la com mais detalhes.

Em 2008, o produtor James Alberti recebeu na RPC TV um senhor que denunciou a deputada da Assembleia Legislativa do Paraná Bete Pavin pela contratação de funcionários-fantasma para o gabinete dela. Ele tinha algumas folhas avulsas de diários oficiais da Casa, as quais continham nomes de servidores que recebiam dinheiro da Assembleia, mas não trabalhavam. Na época, uma matéria sobre essa denúncia foi realizada mostrando por meio de microcâmeras o que de fato faziam aquelas pessoas que eram supostamente servidores. Como resposta, a deputada, ao invés de se defender, questionou o motivo de estarem acusando apenas ela, quando outros deputados também tinham funcionários-fantasma em seus gabinetes. Após a divulgação na TV, um assessor ligou para a produção usando o mesmo argumento de crítica. A investigação, então, orientou-se pela pergunta: quantos e quem eram os funcionários-fantasma da Assembleia e para quais deputados trabalhavam? Para isso, realizou-se os procedimentos a seguir.

Busca por diários oficiais na Assembleia: Com a ajuda de *trainees* da TV, o jornalista James Alberti solicitou os documentos dos últimos dez anos justificando que a consulta seria para um trabalho universitário e selecionou os que eram de interesse para a investigação. Os diários foram retirados com o consentimento do funcionário, xerocados e, posteriormente, devolvidos. Esse procedimento foi realizado mais duas vezes quando um dos diretores da Casa os descobriu e alegou a necessidade de autorização do diretor-geral para fazer isso - já que naquela época os diários eram mantidos em sigilo. Nesse dia, porém, o trabalho de seleção e cópia dos documentos havia terminado.

Criação de um banco de dados: Os dados dos diários oficiais foram registrados em planilhas do Microsoft Office Excel pelo produtor James Alberti com a ajuda dos *trainees*.

Alimentação contínua do banco de dados: Com a chegada dos demais colegas de equipe na investigação, o material foi redigitado, reorganizado e revisado. O primeiro arquivo Excel com o qual trabalharam possuía apenas informações consideradas importantes. Elas estavam divididas em nove planilhas: Provimientos, Exonerações, Disposições, Aposentadoria, Incorpora Tempo, Abonos, Licenças, PDV e Férias. Ao ser revisado, o arquivo foi novamente aprimorado. Criou-se outras três planilhas a partir das que já existiam: Disposições Invertidas, IR e Revoga.

Figura 6 – Planilha Provimientos do primeiro arquivo Excel

Nº Diário	Data	Nome	Cargo	Lotação	Provimiento	Gratificação	
2	S 242	08/01/1998	HILMA DE LOURDES SANTOS	2GP-1	GAB DEP FLORISVALDO FIER	01/12/1997	
3	S 242	08/01/1998	SÉRGIO GUERRA CORREA	1GP-1	GAB DEP GERALDO CARTÁRIO	01/12/1997	
4	S 242	08/01/1998	JOSÉ SOARES DO NASCIMENTO	1GP-2	GAB DEP HIDEKAZU TAKAYAMA	01/12/1997	
5	S 242	08/01/1998	JORGE ISMAEL CORDEIRO	1GP-4	GAB DEP HIDEKAZU TAKAYAMA	01/12/1997	
6	S 242	08/01/1998	ANDREA PAULA BONALDI FERNANDES	1GP-3	GAB DEP HORÁCIO RODRIGUES	01/12/1997	
7	S 242	08/01/1998	GERSON TORQUATO	1GP-5	GAB DEP LUIZ CARLOS ALBORGHETTI	01/12/1997	
8	S 242	08/01/1998	JOÃO CAPUTO JUNIOR	1GP-5	GAB DEP LUIZ CARLOS ALBORGHETTI	01/12/1997	
9	S 242	08/01/1998	TATIANA BERTUOL DE OLIVEIRA	DAS-2	GAB DEP NEREU MOURA	01/12/1997	
10	S 242	08/01/1998	CASSIANE ONEIDA MARTINS VIEIRA	1GP-4	GAB LIDERANÇA DO PPB	01/12/1997	
11	S 242	08/01/1998	CACILDA HENRIQUE DE OLIVEIRA	1GP-1	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
12	S 242	08/01/1998	JOSÉ GERALDO COIMBRA FILHO	1GP-1	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
13	S 242	08/01/1998	ORLANDO LICHINSKI	1GP-1	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
14	S 242	08/01/1998	SANDRO GUSO	1GP-1	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
15	S 242	08/01/1998	ALMIR ROGÉRIO DENIG BANDEIRA	1GP-2	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
16	S 242	08/01/1998	ANDREA MATTOS	1GP-2	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
17	S 242	08/01/1998	CARLOS NASCIMENTO GUEDES	1GP-4	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
18	S 242	08/01/1998	LUIZ EDUARDO PONTARA	1GP-4	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
19	S 242	08/01/1998	CARLIENS DORS	1GP-5	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
20	S 242	08/01/1998	EVANDRO CARLOS SCHUSTER	1GP-5	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
21	S 242	08/01/1998	LINDAMIR DA CONCEIÇÃO SCHUSTER	1GP-5	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	
22	S 242	08/01/1998	DAL TRO ANTONIO MARONEZI	DAS-5	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	100%
23	S 242	08/01/1998	FÁBIO AUGUSTO TAVARES	DAS-5	GAB LIDERANÇA DO PTB	01/12/1997	100%
24	S 4	02/03/1998	VÂNIA CRISTINA CATANI	2GP-4	GAB DEP JOSÉ TAVARES	02/01/1998	
25	S 8	09/03/1998	DELMAR DE SOUZA	1GP-2	GAB DEP PÉRCILES DE HOLLEBEN MELLO	01/02/1998	
26	S 8	09/03/1998	DORACI DAVID	1GP-3	GAB DEP LUIZ CARLOS MARTINS	01/02/1998	
27	S 8	09/03/1998	FAUSTINO PEREIRA FILHO	1GP-1	GAB DEP PÉRCILES DE HOLLEBEN MELLO	01/02/1998	
28	S 8	09/03/1998	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA	1GP-1	ADMINISTRAÇÃO	01/02/1998	
29	S 8	09/03/1998	HERMINIA APARECIDA PREZIOSA	1GP-4	GAB DEP HORÁCIO RODRIGUES	01/02/1998	
30	S 8	09/03/1998	LIZ TERESA SCHLEDER GONÇALVES OLIVEIRA	1GP-1	GAB DEP CARLOS SIMÕES	01/02/1998	

Fonte: Elaborado pelo autor.

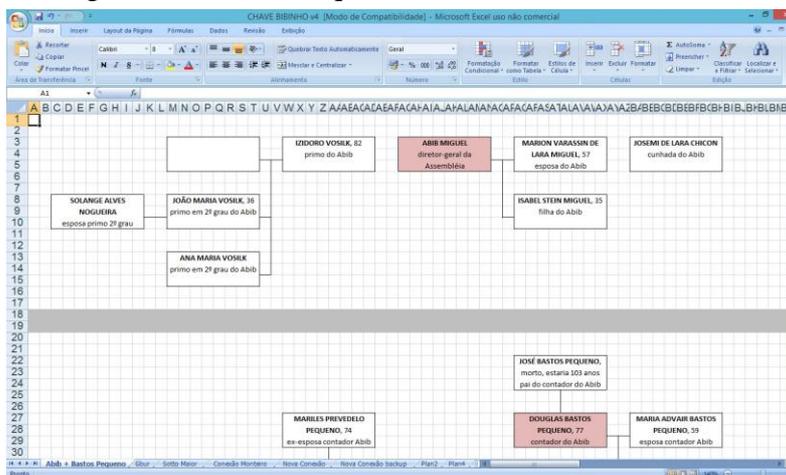
Figura 7 – Planilha Disposições Invertidas do arquivo Excel revisado

Nº Diário	Data	Nome	RG	Órgão de origem	A disposição de...	Prorroga?	Retorno	Ônus?	Publicação	
2	S 54	20/05/2008	MARIO SERGIO BRADOCK ZACHESKI	11449239	SEC EST SEGURANCA PUBLICA	1ª SECRETARIA	SM	31/12/2008	SM	14/05/2008
3	S 31	09/04/2008	CLORIS DE SOUZA FERREIRA	7381280	SEC EST CULTURA	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	SM	31/12/2008	SM	08/04/2008
4	S 54	20/05/2008	FRANKLIN CARVALHO DA VEIGA	8932271	DER	1ª SECRETARIA	SM	31/12/2008	NÃO	14/05/2008
5	S 54	20/05/2008	ADRIANO ANTONIO MIROCEK	44949539	SESP	1ª VICE-PRESIDENCIA	SM	31/12/2008	NÃO	14/05/2008

Fonte: Elaborado pelo autor.

Revisão das planilhas: As planilhas foram revisadas cinco vezes. Nas revisões surgiram as necessidades de: 1) definir uma grafia única para nomes que aparentemente eram os mesmos, mas, publicados nos diários de maneiras diferentes; 2) organizar esquemas com relações entre nomes e anotar as pautas que surgiram ao manipular as informações das planilhas. Para saber se nomes semelhantes se referiam a apenas uma pessoa, verificava-se as informações de RG e CPF, além do número de matrícula e gabinete. RG e CPF eram verificados pelo site da Receita Federal e por um sistema similar ao utilizado em lojas para consultar a situação cadastral do indivíduo. Já os nomes que possuíam algum tipo de ligação eram separados em uma planilha à parte para que as relações pudessem ser verificadas, como no esquema que dá origem a segunda matéria da série sobre o então Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Paraná e o contador do Diretor-Geral.

Figura 8 – Tabela Esquema Diretor-Geral e Contador



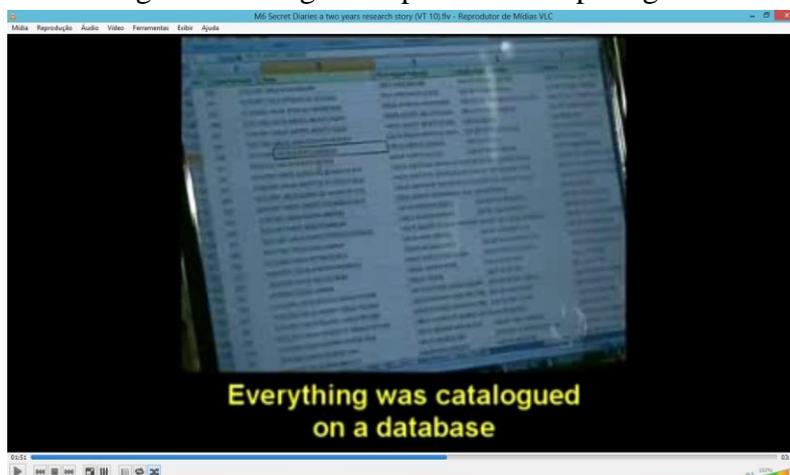
Fonte: Elaborado pelo autor.

Uso de outros documentos: A Lista da Transparência, divulgada pela Assembleia Legislativa em março de 2009, permitiu confrontar informações com os diários oficiais; uma vez que, nessa listagem, o legislativo apresentava a relação de funcionários. A Folha de Pagamento, obtida com exclusividade pela equipe, permitiu dimensionar a quantia de dinheiro desviado.

A última matéria da série *Diários Secretos*, exibida no telejornal Paraná TV - Segunda Edição no dia 20 de março de 2010, mostra os bastidores da investigação e as provas que dão

consistência às denúncias, os diários oficiais. O repórter Fernando Parracho cita a dificuldade de acesso aos diários da Assembleia e a necessidade de autorização da direção do legislativo. Ele também menciona o tempo investido no trabalho, o objetivo de usar os diários oficiais e a forma como foram utilizados. Dessa forma, mostra-se na reportagem a planilha Excel, criada pela equipe. Por fim, Parracho divulga o banco de dados e explica como o público pode consultá-lo na internet.

Figura 9 – Imagem da planilha na reportagem



Fonte: Elaborado pelo autor.

4 Considerações Finais

Percebeu-se que os jornalistas Fábio Almeida e James Alberti elaboraram uma hipótese que buscaram comprovar na investigação; a existência de degradação ambiental no Rio Jacuí causada pela extração ilegal de areia e a contratação de funcionários-fantasma pelos deputados da Assembleia Legislativa do Paraná. O jornalista Fábio Almeida, ao receber a denúncia na reunião com a APTA, tomou a iniciativa de realizar uma pesquisa preliminar, na qual ouviu relatos de moradores e mineradores que conviveram com o Rio Jacuí nos últimos anos. Quando percebeu a confirmação da hipótese inicial, passou a adotar métodos do Jornalismo Investigativo e de RAC para investigar a irregularidade.

O jornalista James Alberti, por sua vez, partiu de um argumento de crítica de uma matéria que foi realizada a partir de folhas avulsas de diários oficiais da Assembleia. Se foi possível verificar a existência de funcionários-fantasma no gabinete de uma deputada

específica, seria possível também verificar nos demais gabinetes, ainda que para isso um trabalho cansativo de análise de inúmeros documentos tivesse que ser realizado. E as planilhas eletrônicas do Excel permitiram manipular essa grande quantidade de dados. Por meio delas é que surgiram as pautas. Aliás, ele descobriu muito mais do que imaginava descobrir ao manipular essas informações.

O que fica evidente nos dois casos é que os métodos estavam adequados ao que os jornalistas pretendiam descobrir. As informações de documentos como as licenças de operação e os diários oficiais foram contrastadas com a realidade, com o que se observava na prática, no Rio Jacuí e na Assembleia. As ferramentas de RAC, por sua vez, trouxeram consistência às provas, tanto que são mencionadas nas reportagens, ainda que minimamente. Sponholz (2009), Park (2008) e Meyer (2002) insistiam na verdade verificável como um princípio de objetividade. Os jornalistas se preocuparam em mostrar os caminhos, os bastidores, das investigações. Além das denúncias, explicaram como podiam dizer o que estavam dizendo. Meyer (2002), em seu *Jornalismo de Precisão*, apontava quatro novas habilidades para jornalistas, as quais se mostraram presentes no fazer jornalístico de Fábio Almeida e James Alberti. Além de encontrar as informações e analisá-las, ambos souberam comunicar o conteúdo desses dados analisados e conferir precisão às reportagens. Por fim, notou-se que, dessa maneira, a RAC potencializou as investigações porque permitiu organizar, cruzar, analisar e verificar uma série de dados complexos, que, por sua vez, justificaram suas hipóteses.

Referências bibliográficas

BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística**: do conceito à prática. Florianópolis: Insular, 2009.

DADER, José Luis. El periodismo de precisión como evolución y complemento del periodismo de investigación. In: DADER, José Luis. **Periodismo de precisión**: la vía socioinformática de descubrir noticias. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KRAEMER, Luciana; NASCIMENTO, Solano. A utilização de lei de acesso à informação pela imprensa: análise dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 1, 2014, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: Universidade Anhembi-Morumbi, 2014. Disponível em: <http://www.abraji.org.br/seminario/PDF/luciana_kraemer.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

KRAEMER, Luciana; NASCIMENTO, Solano. O uso de RAC por estudantes de jornalismo na fiscalização de políticas públicas: um estudo de casos múltiplos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 11, 2013, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/viewFile/2482/462>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MEYER, Philip. The journalism we need. In: MEYER, Philip. **Precision journalism**: a reporter's introduction to social science methods. New York: Rowman & Littlefield, 2002, p. 1-17.

PARK, Robert Ezra. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. Tradução de Enio Frantz. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51-70.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.